

Inquérito Civil n.º 06.2016.00006024-0

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por seu Promotor de Justiça em exercício na 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Canoinhas/SC, **JAISSON JOSÉ DA SILVA**, e o município de **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Santa Catarina, n. 616, Centro, CEP 89.490-000, Três Barras/SC, representado pelo Senhor Prefeito **LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI**, autorizados pelo § 6º do artigo 5º da Lei nº 7.347/85, e artigo 89 da Lei Complementar Estadual nº 197/00, nos autos do Inquérito Civil n. **06.2016.00006024-0**, e;

CONSIDERANDO que ao Ministério Público compete, dentre outras atribuições constitucionais, a defesa da ordem jurídica e a tutela dos interesses sociais, difusos e coletivos (art. 127 e art. 129, III, da Constituição Federal), podendo, para tanto, manejar o Inquérito Civil e Ação Civil Pública (Lei 7.347/85);

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa dos direitos das pessoas com deficiência, nos termos dos artigos 3º e 6º da Lei Federal n. 7.853/1989, regulamentada pelo Decreto Federal n. 3.298/1999;

CONSIDERANDO que a vida e a saúde constituem direitos fundamentais do ser humano, sendo de relevância pública as ações e os serviços atinentes, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre a sua regulamentação, fiscalização e controle, na forma do art. 197 da Carta Magna;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituído pela Lei n. 13.146/2015, estabeleceu em seu art. 8º que **“é dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com**

*prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à **saúde**, [...], à **acessibilidade**, [...], entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico” (sem destaques no original);*

CONSIDERANDO que “os espaços dos serviços de saúde, tanto públicos quanto privados, devem assegurar o acesso da pessoa com deficiência, em conformidade com a legislação em vigor, mediante a remoção de barreiras, por meio de projetos arquitetônico, de ambientação de interior e de comunicação que atendam às especificidades das pessoas com deficiência física, sensorial, intelectual e mental” (art. 25 da Lei n. 13.146/2015);

CONSIDERANDO que a formulação, a implementação e a manutenção das ações de acessibilidade atenderão às premissas de eleição de prioridades, **elaboração de cronograma e reserva de recursos para implementação das ações**, com planejamento contínuo e articulado entre os setores envolvidos” (art. 61 da Lei n. 13.146/2015 – sem destaques no original);

CONSIDERANDO que o art. 19, §1º do Decreto n. 5296/04 determina que “A construção, ampliação ou reforma de edificações de uso público deve garantir, pelo menos, um dos acessos ao seu interior, com comunicação com todas as suas dependências e serviços, livre de barreiras e de obstáculos que impeçam ou dificultem a sua acessibilidade. - §1º No caso das edificações de uso público já existentes, terão elas prazo de trinta meses a contar da data de publicação deste Decreto para garantir acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.”

CONSIDERANDO que os prazos estabelecidos no Decreto n. 5.296/2004 fluíram faz muito, porquanto **as adaptações deveriam ocorrer, segundo o Decreto, até meados de 2007 para o caso de edificações de uso público;**

CONSIDERANDO que o art. 60, §1º, da Lei n. 13.146/2015 condiciona a concessão e a renovação de alvará de funcionamento, para qualquer atividade, à observação e à certificação das regras de acessibilidade;

CONSIDERANDO os parâmetros estabelecidos pelas normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT, dentre elas a NBR 9050:2015, que fixa padrões e critérios que visam propiciar às pessoas com deficiência condições adequadas e seguras de acessibilidade autônoma a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos;

CONSIDERANDO que o planejamento estratégico do Ministério Público de Santa Catarina elegeu como prioridade a promoção de medidas para adequação das condições de acessibilidade dos postos e unidades básicas de saúde existentes nos municípios catarinenses, garantindo, assim, o acesso das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida aos serviços de saúde;

CONSIDERANDO o diagnóstico realizado pelo Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e Terceiro Setor, dando conta das irregularidades existentes na estrutura física dos postos e unidades básicas de saúde existentes no município de Três Barras/SC, no que diz respeito à acessibilidade, **RESOLVEM:**

celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, visando a adequação do serviço prestado às exigências legais, o que se fará mediante o cumprimento das seguintes cláusulas:

I - DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem por objeto dar cumprimento ao preconizado na Constituição Federal, no Estatuto da Pessoa com Deficiência, na Lei Federal n.

7.853/1989, regulamentada pelo Decreto Federal n. 3.298/1999, no que se refere ao direito às condições de acessibilidade das unidades básicas de saúde existentes no Município de Três Barras/SC;

II – DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER

CLÁUSULA SEGUNDA: O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS compromete-se a, no **prazo 12 meses** a contar desta data, executar as obras de adaptação necessárias a garantir a promoção de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida na Unidades Básicas de Saúde relacionadas a seguir, contemplando os itens verificados ausentes no *check list* dos requisitos de acessibilidade acostados aos autos de Inquérito Civil Público n. 06.2016.00006024-0 e que acompanham o presente, mediante projeto devidamente aprovado pelo órgão competente:

- a)** Unidade Sanitária de Campininha, situada na Localidade de Campininha, s/nº, município de Três Barras/SC;
- b)** Unidade Sanitária Dr. Mário Mussi, situada na Avenida Abraão Mussi, s/nº, Distrito de São Cristóvão, município de Três Barras/SC;
- c)** Unidade Sanitária de Barra Grande, situada na Localidade de Barra Grande, s/nº, Km 06, município de Três Barras/SC;
- d)** Unidade Sanitária São João dos Cavalheiros, situada na Localidade de São João dos Cavalheiros, s/nº, interior do município de Três Barras/SC;
- e)** Unidade Sanitária Central, situada na Rua João Manoel Sardá, nº 439, Km 02, município de Três Barras/SC;
- f)** Unidade da Saúde da Família 004, situada na Rua José Nunes Cavalheiro, nº 001, Distrito de São Cristóvão, município de Três Barras/SC;
- g)** Unidade da Saúde da Família 006 – Ailton Mendes, situada na Rua Santo Antônio, s/nº, Distrito de São Cristóvão, município de Três Barras/SC.
- h)** Unidade de Saúde Leocádio Ribeiro, no Centro de Três Barras.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No prazo de 30 (trinta) dias após finalizada a execução de cada uma das obras de adaptação, o **COMPROMISSÁRIO** deverá apresentar ao Ministério Público laudo subscrito por profissional das atividades de Engenharia, Arquitetura ou correlatas, devidamente inscrito no respectivo conselho de classe, atestando que a edificação atende integralmente às normas técnicas que tratam da acessibilidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Com relação à Unidade de Saúde Leocádio Ribeiro, o Município se obriga a atender a todos os requisitos previsto na legislação, no que toca à acessibilidade, principalmente a construção de rampa de acesso, haja vista estar situada no segundo pavimento da edificação.

III – DO DESCUMPRIMENTO

CLAUSULA TERCEIRA: No caso de descumprimento da cláusula segunda, o **MUNICÍPIO COMPROMISSÁRIO** fica obrigado ao pagamento de multa diária de R\$ 1.000,00 (mil reais), para cada edificação que ainda apresente obstáculos arquitetônicos ou que tenha sido reformada de modo diverso às exigências técnicas e legais em matéria de acessibilidade. A multa será revertida ao Fundo para a Reconstituição dos Bens Lesados de Santa Catarina - conta corrente n. 63.000-4, Ag. 3582-3, Banco do Brasil, por meio da emissão de boleto bancário, sem prejuízo da adoção das medidas judiciais necessárias à correção da(s) ilegalidade(s) verificada(s);

IV – DO COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLAUSULA QUARTA: O **MINISTÉRIO PÚBLICO** compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial de cunho civil em face do **COMPROMISSÁRIO** em relação ao objeto deste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), caso venha a ser integralmente cumprido.

§ 1º. Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e

regulamentares.

§ 2º. A comprovada inexecução dos compromissos assumidos neste Termo facultará ao Ministério Público Estadual a imediata execução judicial deste título;

V – DA POSSIBILIDADE DE ADITAMENTO

CLAUSULA QUINTA: As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

VI – DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes elegem o foro da Comarca de Canoinhas/SC para dirimir controvérsias decorrentes do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC).

E, por estarem assim compromissados, firmam este Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta em 3 (três) vias de igual teor e forma, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma art. 5º, §6º, da Lei nº 7.347/85, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

O **COMPROMISSÁRIO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS** fica, neste ato, cientificado pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO** do início de vigência do presente ajuste, bem como dos prazos a serem observados.

Ficam, desde logo, os presentes cientificados de que este Inquérito Civil será arquivado em relação ao signatário, e a promoção submetida ao colendo Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõem o parágrafo 3.º do artigo 9.º da Lei n.º 7.347/85 e o artigo 26 do Ato n.º 335/2014/PGJ.

Comunique-se, por meio eletrônico, o Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos.

Canoinhas/SC, 2 de fevereiro de 2018

JAISSON JOSÉ DA SILVA
Promotor de Justiça

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito